

INQUÉRITO CIVIL N. 06.2022.00002681-7

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, por seu Promotor de Justiça, e **ANDRÉ VIEBRANTZ**, inscrito no CPF sob o n. 004.579.689-07, residente na rua Pomeranos, n. 1853, bairro Pomeranos, município de Timbó/SC, doravante denominado COMPROMISSÁRIO, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2022.00002681-7, autorizados pelo artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, e:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127 da CF/88), destacando-se a proteção dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos (artigo 129, inciso III e IV, da CF/88, e art. 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º, inciso XXXII, da Constituição Federal, bem como no Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90), especialmente a necessidade de proteção da vida, da saúde e da segurança decorrentes do fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos (artigo 6º, inciso I, do CDC);

CONSIDERANDO que *"o fornecedor não poderá colocar no mercado de consumo produto ou serviço que sabe ou deveria saber apresentar alto grau de nocividade ou periculosidade à saúde ou segurança"* (art. 10 do Código de Defesa do Consumidor);

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 18, § 6º, inciso II, dispõe que são impróprios ao uso e consumo: os produtos deteriorados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivo à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles *em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação*;

CONSIDERANDO que o artigo 39, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor, estabelece que *"é vedado ao fornecedor de produtos ou serviços colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes (...)"*;

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 55 do Código de Defesa do Consumidor dispõe que *"a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios fiscalizarão e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo no interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias"*;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual n. 31.455/87, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n. 6.320/83, as quais dispõem sobre alimentos e bebidas;

CONSIDERANDO que é obrigatória a prévia inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos de origem animal e dos produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal, nos termos das Leis n. 1.283/50 e 7.889/89, das Leis Estaduais n. 8.534/92 e 10.610/97, bem como dos decretos que as regulamentam;

CONSIDERANDO que, durante fiscalização realizada pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, no dia 2/12/2021, constatou-se abate e comércio irregular de pescados pelo COMPROMISSÁRIO na propriedade localizada na rua Pomeranos, n. 2610, bairro Pomeranos, município de Timbó/SC;

CONSIDERANDO que, na ocasião, a CIDASC promoveu a apreensão e a inutilização de 75kg de filé de pescado, em embalagens de 1kg e 10kg de pescado inteiro que estavam acondicionados em três congeladores, conforme Termo de Notificação n. 04/2021;

CONSIDERANDO que, diante das irregularidades acima identificadas, o COMPROMISSÁRIO estava em dissonância com as normas consumeristas e as sanitárias aplicáveis;

CONSIDERANDO que, em outra oportunidade, o COMPROMISSÁRIO já havia sido orientado acerca da necessidade de regularização do abate e comércio, conforme Termo de Notificação n. 02/2021, datado de 21/2/2021;

RESOLVEM ajustar as condutas apuradas nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

1. O COMPROMISSÁRIO compromete-se a não mais realizar o abate, o beneficiamento e o comércio de filés e/ou outros subprodutos de pescados na propriedade localizada na rua Pomeranos, Município de Timbó/SC;

2. Caso opte por empreender nas atividades citadas no item anterior, o COMPROMISSÁRIO compromete-se a previamente:

2.1 registrar e adaptar suas atividades às disposições legais e sanitárias, observando todas as normas para a fabricação, distribuição, manipulação, acondicionamento, higiênico-sanitárias, etc, visando, sempre, a preservação da saúde do consumidor;

2.2 somente comercializar, receber, ter em depósito ou de qualquer forma oferecer a consumo produtos próprios e adequados, conforme legislação federal, estadual e municipal vigentes, além de manter fiscalização diária das condições dos produtos no que se refere a prazos de validade, procedência, selos de fiscalização, temperatura, produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigoso ou, ainda, daqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição, apresentação ou acondicionamento;

2.3 seguir, rigorosamente, as normas sanitárias relativas à higiene e limpeza de seu estabelecimento / propriedade, providenciando todos os insumos necessários;

3. Para a comprovação do descumprimento do avençado nesta cláusula primeira será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores.

CLÁUSULA SEGUNDA: MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO INDENIZATÓRIAS E COMPROVAÇÃO DE ADIMPLEMENTO

Pelos danos decorrentes da comercialização de produtos impróprios ao consumo, o COMPROMISSÁRIO pagará, após a cientificação da homologação deste Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas (TAC) pelo Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), o valor de **R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais)**, em até 4 (quatro) parcelas, ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina via boleto bancário a

ser emitido por esta Promotoria de Justiça.

Parágrafo único. A comprovação desta obrigação deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o efetivo pagamento, mediante a apresentação do comprovante de quitação à Promotoria de Justiça por qualquer meio, inclusive os eletrônicos.

CLÁUSULA TERCEIRA: MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

O COMPROMISSÁRIO ficará sujeito ao pagamento de multa cominatória de R\$ 5.000,00 (cinco reais) por obrigação descumprida, que ainda será acrescida, sendo o caso, de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por quilo de produto impróprio eventualmente apreendido pelos órgãos de fiscalização, tudo recolhido em favor do Fundo para a Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (FRBL).

Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário, tão-somente, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos fiscalizadores, assim como representação ou comunicação de qualquer pessoa ou outros órgãos públicos.

CLÁUSULA QUARTA: COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial de cunho civil em face do COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser integralmente cumprido o disposto neste TAC.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente ajuste entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Fica, desde logo, cientificado o COMPROMISSÁRIO de que este procedimento será arquivado e encaminhado à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, que poderá ou não confirmar a homologação. As partes reconhecem, independentemente disso, a certeza e liquidez das obrigações assumidas no presente compromisso.

Por estarem compromissados, firmam este Termo de Ajustamento de Conduta com eficácia de título executivo extrajudicial nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85.

Timbó, 11 de agosto de 2022.

[assinado digitalmente]

TIAGO DAVI SCHMITT
Promotor de Justiça

ANDRÉ VIEBRANTZ
Compromissário

Testemunha:



ANI CAROLINI DA SILVA
Assistente de Promotoria